

## REFORMA DA UNIVERSIDADE

## ALGUMAS QUESTÕES SOBRE OS OBJECTIVOS E LIMITES DA LUTA ESTUDANTIL

I) Linhas gerais de actuação1) - A posição dos estudantes face à Reforma

Tendo anteriormente sido analisada a política governamental face à Universidade e os seus determinantes políticos em que a Reforma é um parametro fundamental; tendo-se, por outro lado, concluído da informabilidade do Ensino em geral, e da Universidade em particular no aspecto fundamental que é a sua função social, é necessário pôr algumas questões para a partir delas se definirem correctamente as posições a tomar pelos estudantes e pelos seus organismos sindicais:

-o que têm os estudantes a ganhar com a participação na Reforma?

Numa Universidade autoritária com estruturas arcaicas quer na sua dimensão (falta de instalações, de professores, etc.), quer na sua forma (cátedra vitalícia etc.), onde paternalisticamente os professores ensinam e acriticamente os estudantes consomem um conjunto de conhecimentos puros de idealismos sem relação com a prática; onde quase todo o trabalho é forçadamente individualista; onde a prática de luta da grande massa de estudantes é no campo da luta pedagógica; onde as AAEE tinham muito tímidamente ensaiado os primeiros passos de uma viragem aos cursos entendido como uma tentativa de alargamento da sua base de apoio, a participação na Reforma, para além da liquidação dos sectores mais retrógrados dentro da Universidade, permite:

a)- a liquidação de certas formas de repressão e autoritarismo dentro da Universidade que abrirá caminho a novas formas de organização e a consolidação das actuais estruturas sindicais.

b)- uma forte ligação das estruturas sindicais à base estudantil, assim como o seu efectivo reconhecimento como representantes dos estudantes.

c)- para além das propostas e conclusões dos diversos grupos de trabalho e comissões a consolidação e o reconhecimento de todas as conquistas adquiridas na prática e na luta pe estudantes.

-como se integra a participação na Reforma nos objectivos fundamentais do Movimento Estudantil?

A nossa acção na Reforma e, a luta pela transformação das características do ensino é uma prática que prespectivada pelas vanguardas sindicais que se poderá traduzir num aumento de consciência da massa estudantil assim como, num processo importante de desnudar a natureza classista do ensino encoberta pelas roupagens mistificadoras das palavras dos "proprietários do saber" (progresso, bem-comum, desenvolvimento, etc.).

Por outro lado, foi definido comum dos objectivos prioritários "em introdução de cadeiras que nos permitam uma visão crítica da evolução da sociedade de mecanismos de produção e analisem a nossa posição como homens e como técnicos dentro das realidades portuguesas e mundiais" e para além disso a conquista da liberdade de discussão dos problemas nacionais tendo em vista uma tomada de posição face a esses problemas.

Concluindo: devam os estudantes participar na Reforma? Essa participação só terá significado na medida em que, vise sobretudo: — a conquista de certas formas organizativas para a actuação sindical; a conquista de um controle sobre o que se ensina e pela congestão pedagógica; poder na avaliação de conhecimentos: liberdade de crítica ao conteúdo do ensino e aos problemas nacionais.

2) — participação — um dos aspectos da cogestão.

Formulada sobretudo para defesa da existência das estruturas sindicais estudantis face à repressão, o problema da participação foi levantado no actual ano lectivo quando da proposta do Reitor da Universidade Técnica para que as AEEE representassem os estudantes no Conselho Universitário.

O problema deve, no entanto, ser reformulado tendo em conta quer as razões que levaram ao aparecimento da participação nessa altura, quer ainda com o que querem os estudantes. Em relação à primeira questão, a análise feita anteriormente do desenvolvimento do capitalismo em Portugal, mostra as necessidades de este racionalizar alguns pontos fracos <sup>(1)</sup>, razão porque surgem as reformas.

Também o fortalecimento do Movimento Estudantil e as suas acções de massa (1968/69 foi um ano de "crise académica") têm lavado o poder a redefinir a sua tática face aos Movimentos sindicais. Assim, de uma política de asfixia das AEEE (decretos-leis, encerrementsos de Associações, processos disciplinares), passou-se ao seu reconhecimento como representativas dos estudantes através de uma proposta de participação pela qual se tenta manter o movimento dentro de certos limites, aqueles que precisamente não põem em causa o sistema; dentro desses limites situasse o serviço que o Movimento Estudantil pode prestar à destruição das resistências na Instituição Universitária à Reforma, sobretudo os sectores retrogradados dos catedráticos empregnados do espírito conservador.

Naquilo que a participação interessa aos estudantes, deve reafirmar-se: "um dos objectivos (imediatos) do M.E. não é participação nos órgãos Universitários, mas a participação.

A participação só tem assim significado se integrada numa cogestão das Universidades que possibilita aos estudantes o controle dos conhecimentos que lhes são ministrados.

Esse controle só se tornará efectivo se conquistado na base, cadeira a cadeira, e uma participação em órgãos de cúpula só poderá servir para uma actuação sindical dos estudantes isto é, para os delegados dos estudantes apresentarem reivindicação feita na base, nos cursos, etc.. Isto não significa que os estudantes reconheçam nos órgãos em que estão representados órgãos soberanos de decisão: para os estudantes são as suas reuniões e Assembleias a diversos níveis, as instâncias superiores de decisão, que os vinculam a cumprir o que foi aí aprovado.

Conselhos Consultivos, Conselhos Universitários, Comissões Pedagógicas, servem apenas para apresentar as posições e reivindicações dos estudantes, assim como as conquistas que de facto fizeram. Logo, os representantes têm apenas a missão de não adulterar essa função explicando aos estudantes em cada caso as razões porque as suas pretensões foram ou não atendidas e propor novas formas de acção. Só através desta prática é que se poderá desmascarar o significado da participação e não como pretendem alguns que com o favor da integração usam "a priori" a participação, baseados apenas numa denúncia verbal. Fazer a denúncia agora é correcto, devido a alguma prática anterior (Comissões pedagógicas) e há experiências dos M.E. estrangeiros, mas as vanguardas devem fazer a prospectiva caso a ce-

so, em cada reivindicação não atendida, em cada manobra virada contra a classe por professores, autoridades ou governo.

Numa linha correcta de acção sindical, a revogação da legislação circum-escolar, a abolição de organismos anti-democráticos (MP, por exemplo) são reivindicações a serem apresentadas a curto prazo, integradas numa perspectiva de consolidação das organizações sindicais dos estudantes. O reconhecimento da parte do Governo, a propósito da participação das AA. EE. como representantes dos estudantes, não pode ficar a meio do caminho. Assim, os estudantes têm de conquistar algumas velhas reivindicações para fortalecimento das suas estruturas sindicais. Mas a necessidade de serem satisfeitas essas reivindicações (representatividade das AAEE, por exemplo) não significa que a táctica justa seja contrapor às autoridades "não participamos enquanto a legislação não for revogada". Isto seria afinal, considerar a participação como uma cedência estudantil face ao Governo e às autoridades académicas e, ignorar que a participação só foi possível como resultado de uma longa prática sindical do M.E.

### 3)- Luta contra o conteúdo classista do ensino.

A função do ensino é, fundamentalmente, a formação de quadros para servirem a classe dominante na consolidação do seu poder económico e político, e, simultaneamente, veicular uma ideologia, que reveste matrizes diferentes consoante o tipo de actividade que desempenham os quadros (o ensino de direito tem características doutrinárias, por exemplo, o que não sucede no ensino de Engenharia), mas têm o preço comum de justificar o actual sistema económico e social.

A finalidade do ensino só pode ser alterada de modo a se tornar verdadeiramente democrática, quando os trabalhadores possuírem o poder económico e político; então tem sentido falar-se da Universidade Popular, porque ela é não só aberta a todo o povo como também, e fundamentalmente, porque está ao serviço deste.

Portanto, uma luta contra as características ideológicas do actual ensino não altera a função que este desempenha. No entanto, é importante para a formação de consciência crítica dos estudantes, possibilitando o desmascarar na prática o significado nas reformas que em determinada altura o governo pretende introduzir na Universidade.

Fazem-nos crer que um ensino técnico é ideologicamente neutro e apolítico, que é rigorosamente científico (pois não se utiliza a matemática em todas as cadeiras?!).

Prioritariamente, os estudantes devem reivindicar dentro dos tempos normais de trabalho, mesmo dentro dos currículos das cadeiras, a introdução de matérias que permitam uma visão crítica da realidade e a garantia de intervenção em discussões nas próprias aulas, retirando aos professores o papel decisivo que têm actualmente no estabelecimento e apresentação das matérias.

Os estudantes podem servir-se também de cursos livres, abertos e não-universitários, para se oporem ao "saber oficial". Podem utilizá-los por exemplo quando ganham determinados espaços livres na abolição de cadeiras que não lhes interessa.

A luta contra o conteúdo do ensino tem os limites de toda a luta super-estrutural. Se, como diz o Prof. Vaiga Simão, é permitida a sua conviniência das várias ideologias, já tal não sucederá se algumas forem levadas às suas consequências: O sistema só permitirá o funcionamento de cursos livres, só consentirá o ataque à ideologia, se não for atingida em algo que lhe seja essencial. Mas o sistema reagirá na Universidade quando se verificar que

os diplomados careçam dos conhecimentos técnicos de que a burguesia necessita para a sua perpetuação como classe dominante.

Só ligando a frente de luta contra o conteúdo do ensino com outras frentes a que os estudantes poderão avançar na sua prática sindical.

#### 4)- A luta dos Operários, dos Camponeses e dos Estudantes.

Quando se tentaram definir os objectivos fundamentais do movimento estudantil foram sempre focados os limites da acção dos estudantes numa luta das classes trabalhadoras por alterações radicais na actual estrutura social, limites esses derivados quer da sua (dos estudantes) não participação directa na produção quer ainda na sua origem de classe e sobretudo na sua acção futura como quadros ao serviço dos detentores do capital.

Põe-se então a questão de definir quais as linhas da acção para o movimento estudantil que permitam a integração da luta estudantil na luta das classes trabalhadoras.

Neste momento, a luta contra o conteúdo da classe no ensino é um dos principais parâmetros de ataque dos estudantes contra a sociedade capitalista. Porém, o estudante numa sociedade capitalista se pensa em termos da sociedade, fala sempre através da imagem que tem dessa sociedade e classe dominante (e que lhe é comunicado pela educação, pela imprensa, etc.); por isso, qualquer tentativa de integrar a luta estudantil na luta contra a actual estrutura social passa pela formação de uma consciência crítica sobre todos os problemas nacionais, isto é, que o estudante no seu dia a dia saibam analisar, criticar e tomar posição face a toda uma série de conceitos, factos e situações com que se debatem, e sobre os quais têm informação (concentração económica, greves operárias, guerra colonial, etc.). Para se conseguirem estes objectivos, compete fundamentalmente às estruturas sindicais procurarem dar aos estudantes uma perfeita informação sobre toda a realidade nacional, assim como fazer chegar à população não só a razão de ser das lutas estudantis e das classes trabalhadoras, desmascarando simultaneamente não só a repressão governamental sobre a informação, como o carácter de classe da imprensa, mesmo daquela mais "progressista".

Numa linha de contacto com a realidade nacional e para além da correcta informação e crítica à mesma, é necessário explorar todas as hipóteses de contacto das massas estudantis com a população portuguesa, hipóteses essas que poderão passar pela reivindicação de estágios operários para todos os estudantes, assim como da abertura dos cursos universitários e de cursos livres aos não-estudantes.

A.E.I.S.T.

(reedição)